

FSP  
7/10/97 2-3  
575

PRIVATIZAÇÃO *Mina de nióbio estaria em área de conservação*

# Ibama quer impedir venda de jazida no AM

LUCAS FIGUEIREDO  
da Sucursal de Brasília

Documento obtido pela Folha mostra que a privatização da maior jazida de nióbio do mundo — localizada próximo ao município de São Gabriel da Cachoeira (AM) — está sendo contestada dentro do próprio governo.

Na tentativa de impedir o negócio, previsto para ser fechado neste mês, o Ibama (órgão do governo responsável pela fiscalização ambiental) ameaça entrar na Justiça.

O Ibama argumenta que a reserva está dentro de duas áreas de conservação ambiental (Parque Nacional do Pico da Neblina e Reserva Biológica Estadual do Morro dos Seis Lagos), o que impediria qualquer atividade ligada à mineração.

A contestação da venda da área foi oficializada no parecer 754/97 do Ibama. “Essa atividade (mineração) é incompatível com os objetivos que ensejaram a criação dessa unidade de conservação, objeto de preservação permanente e protegida legalmente contra quaisquer alterações que as desvirtuem”, diz o documento.

A Folha noticiou na semana passada que o direito de pesquisa e lavra sobre a reserva está à venda por R\$ 600 mil — equivalente ao preço de três automóveis BMW 850Cia Coupe.

O baixo preço deve-se a dois fatos: o mercado mundial está superabastecido do produto e a área onde fica a reserva é de difícil acesso.

Quem ganhar terá de desembolsar R\$ 120 mil de sinal e mais quatro parcelas no mesmo valor.

O vencedor da licitação será definido pela maior oferta de royalty — participação percentual do go-

Governo receberá

## 3%

sobre a produção da jazida de nióbio, quando ela estiver sendo explorada, segundo o edital

verno sobre a produção. O royalty mínimo é de 3%.

O resultado da licitação deve sair no próximo dia 21. Entre as empresas interessadas estão pelo menos três estrangeiras — como a inglesa RTZ, uma das maiores mineradoras do mundo.

Há cerca de um mês, a presidência do Ibama enviou carta à CPRM — órgão do Ministério de Minas e Energia responsável pela licitação — solicitando a anulação do edital de venda dos direitos minerais da reserva.

“Caso a resposta não venha em tempo hábil, (o Ibama) deverá providenciar a adoção das ações administrativas e judiciais competentes visando a exclusão da área do edital referido”, diz o parecer contrário ao negócio.

A Folha apurou que, no caso de a privatização ser concretizada, o Ibama teme que a empresa vence-

dora seja impedida de minerar e acabe conseguindo, na Justiça, uma indenização bilionária.

A ação poderia ser baseada no fato de a área ter uma reserva de nióbio para cerca de 300 anos de produção contínua.

CPRM

A assessoria de imprensa da CPRM informou que vai responder em breve ao Ibama, comunicando que irá manter a licitação.

A companhia apresenta suas justificativas: os direitos sobre a reserva são dela, portanto passíveis de venda; a exploração da reserva não afetará o meio ambiente; e o cumprimento dos requisitos de conservação é um problema de quem vencer a licitação.

A CPRM afirma também que a reserva ocupa um “espaço muito pequeno” do parque e que o setor conta hoje com modernas técnicas de recuperação.

Caso o Ibama insista em solicitar a nulidade do edital de licitação, a CPRM afirma que irá entrar com uma ação na Justiça para garantir seu direito de “alienar a área”.

De acordo com a assessoria da CPRM, a estatal também poderá entrar com uma ação de perdas e danos contra o Ibama, caso entenda que sofreu prejuízo com a criação de um “clima” contrário ao negócio.